



Meio ambiente e desenvolvimento sustentável no jornalismo regional: indicadores do Jornal do Commercio e do Correio da Paraíba¹

Erivaldo Francisco dos Santos Junior²; Sóstina Silva Santos³; Sonia Aguiar⁴

(orientadora)

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

RESUMO

O presente artigo faz uma análise de conteúdo das matérias publicadas na primeira semana de cada mês, do período de abril de 2009 ao mesmo de mês de 2010, dos jornais Correio da Paraíba e Jornal do Commercio, correlacionando-as com as escalas do princípio de proximidade, proposto por Camponez (2002), dentro da temática ambiental. O estudo é um recorte do projeto de iniciação científica que tem como tema Jornalismo, meio ambiente e desenvolvimento regional: interfaces e conflitos.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo ambiental; imprensa regional; princípio de proximidade; meio ambiente; desenvolvimento sustentável;

1. Introdução

Este artigo parte do pressuposto de que a questão ambiental contemporânea é indissociável do processo de expansão capitalista iniciado na segunda metade do século XX; da ideologia da globalização; de mudanças paradigmáticas no pensamento científico sobre as relações entre a sociedade e a natureza; e dos diferenciados métodos de resistência e enfrentamento dos conflitos ambientais por organizações sociais, pelo poder público e pelas corporações empresariais. Considera, também, que a expressão “desenvolvimento sustentável” representa hoje um conceito em disputa, submetido a uma ampla avaliação crítica no campo científico e na arena dos movimentos sociais, ao

¹ Trabalho apresentado no Intercom Júnior do Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 15 a 17 de junho de 2011.

² Aluno do 5º período de Jornalismo na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e bolsista de iniciação científica Pibic-UFS/CNPQ 2010-2011 – email: irjuniorkd@yahoo.com.br

³ Aluna do 4º de Jornalismo na Universidade Federal de Sergipe (UFS), orientanda voluntária de iniciação científica Picvol-UFS 2010-2011 – email: sostina@live.com

⁴ Dra. em Comunicação, professora do Departamento de Comunicação Social da UFS e coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (LICA) – <http://licaufs.blogspot.com.br>



mesmo tempo em que a complexidade dos problemas ambientais ainda parece ser ignorada em grande medida pelos jornalistas e meios de comunicação.

Nesse contexto, considera-se que a relação da sociedade com os recursos naturais é indissociável dos territórios que os contêm, assim como a relação da imprensa – em especial a que se propõe a circular local e regionalmente – é movida pelo princípio de proximidade (conforme Camponez, 2002) que mantém com seu público e com os poderes político e econômico que lhes dão sustentação. Para verificar a pertinência dessa abordagem, foram escolhidos dois jornais representativos da imprensa nordestina, após o enfrentamento de diversos desafios metodológicos (ver item 2).

Os resultados apresentados concentram-se nos indicadores que nortearão os próximos passos da pesquisa de iniciação científica sobre Jornalismo, meio ambiente e desenvolvimento regional: interfaces e conflitos – da qual este artigo é derivado.

2. Metodologia: desafios à pesquisa

A pesquisa à qual este artigo está vinculado propõe uma abordagem metodológica mista, resultante da interação entre procedimentos da análise de conteúdo com técnicas de análise do discurso (linha francesa), visando desvendar os mecanismos e processos decisórios de inclusão e exclusão de informações e pontos de vista que caracterizam a produção jornalística. Por essa proposta, a aproximação ao objeto de estudo ocorre em “camadas”: primeiro, situa-se o “acesso à matéria-prima sob a qual assenta a investigação empírica”; em seguida, busca-se identificar os conteúdos diretamente relacionados aos dilemas ambientais contemporâneos que assumem maior relevância regional, pela ótica dos veículos selecionados, bem como os atores a que se dá voz para expressar esses conteúdos (HERSCOVITZ, 2008) e os enquadramentos que lhes atribuem sentidos diferenciados (econômico, político, científico, cultural, comportamental), conforme as editorias, seções e colunas em que são publicados.

Segundo Shoemaker e Reese (1996, apud HERSCOVITZ, 2008, p.124), a análise de conteúdo da mídia “nos ajuda a entender um pouco mais sobre quem produz e quem recebe a notícia e também a estabelecer alguns parâmetros culturais implícitos e a lógica organizacional por trás das mensagens”.



Os pesquisadores que utilizam a análise de conteúdo são como detetives em busca de pistas que desvendem os significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas, expondo tendências, conflitos, interesses ambigüidades ou ideologias presentes nos materiais examinados (HERSCOVITZ, 2008, p.127).

No entanto, vários têm sido os percalços encontrados pela equipe de pesquisa em relação às “políticas particulares de cada empresa” (CUNHA, 2004), que determinam os limites do recorte de amostras para análise e das comparações possíveis entre os veículos selecionados. O principal obstáculo refere-se à lenta digitalização do acervo impresso dos jornais diários na Região Nordeste e à precária adoção das tecnologias e sistemas de bases de dados para acesso aos textos completos, via portais web das empresas detentoras desses veículos. Tais iniciativas, que permitiriam uma mudança de paradigma metodológico nas custosas coletas de dados em insalubres arquivos de jornais impressos, vêm sendo feitas de forma titubeante pela imprensa regional, e sem qualquer padrão técnico mínimo em relação às ferramentas de busca e recuperação de dados, como será detalhado mais adiante.

Para determinação do recorte com o qual seria viável trabalhar nesta pesquisa, procedeu-se, inicialmente, a uma busca ampla no banco de dados de seis dos principais diários da região Nordeste⁵: Jornal do Commercio, Diário do Nordeste, Gazeta de Alagoas, Jornal Meio Norte, Tribuna do Norte e Correio da Paraíba, verificando-se os seguintes aspectos de ordem operacional: como funcionavam as respectivas ferramentas de busca; desde quando a plataforma online do veículo hospeda as matérias impressas digitalizadas; se o acesso era aberto (sem precisar de uma assinatura paga) ou restrito a assinantes; e que dados sobre as matérias (data, editoria, resumo) eram recuperados.

Em seguida, realizou-se uma testagem com os dois principais termos de interesse para a pesquisa, no que diz respeito aos conteúdos analisáveis: “meio ambiente” e “desenvolvimento sustentável”. Mediante os resultados obtidos, verificou-se que apenas o Correio da Paraíba e o Jornal do Commercio permitiam o acesso aos textos completos e sua localização por data, além de apresentarem melhores resultados e uma quantidade relevante de matérias pelas expressões da busca.

⁵ Exceto os de Sergipe, Bahia Piauí e Maranhão, que em levantamento anterior já haviam sido apontados como os de menor índice de digitalização na imprensa nordestina.



No entanto, uma parte do trabalho – sobretudo no Correio da Paraíba – teria que ser feita de forma “braçal”, ou seja, de página em página, já que a ferramenta de busca só apresentava resultados quantitativos, mas não possibilitava a localização dos textos completos por editoriais, fundamental para abordagem dos enquadramentos editoriais da questão ambiental. Em função dessa limitação, optou-se por trabalhar com uma amostra parcialmente aleatória, mas sistemática – a primeira semana de cada mês entre abril de 2009 ao mesmo mês de 2010, único período comum nos dois jornais, em termos de disponibilidade dos conteúdos visados para estudo. Vale ressaltar que a busca restringiu-se a conteúdos estritamente jornalísticos, ou seja, resultantes de apuração noticiosa e de reportagens, o que exclui notas e artigos de opinião.

No entanto, depois que a coleta de dados já estava em andamento, o Jornal do Commercio passou por um processo de reestruturação do site e da sua base de dados jornalística disponível online. Com isso, o que até então era feito de forma prática e dinâmica, tornou-se um trabalho “manual”, no qual não era mais possível selecionar o período para busca. Sem contar que os textos passaram a ser recuperados, obrigatoriamente, da data mais atual para a mais antiga, obrigando o pesquisador a percorrer matéria por matéria, até chegar ao período selecionado.

No Correio da Paraíba, o jornal impresso é disponibilizado na versão flip (simulador digital de páginas impressas), mediante assinatura paga, com conteúdos digitalizados desde abril de 2009. Embora exista ferramenta de busca dos conteúdos publicados, esta não funciona, uma vez que ao digitar qualquer vocábulo que seja e em seguida clicar na opção “pesquisa” o resultado é sempre nulo. Vale ressaltar que foram feitos vários testes nos três principais navegadores (Mozilla Firefox, Internet Explorer e Google Chrome), sempre com o mesmo resultado. Além disso, a interface disponibiliza apenas as datas de número 1 a 30 para busca em edições anteriores, excluindo a possibilidade de acesso a matérias que tenham sido publicadas em dias 31. Dessa forma, as buscas no Correio da Paraíba pelas palavras-chave “meio ambiente” e “desenvolvimento sustentável” foram feitas de maneira “braçal”, através da leitura de cada edição do jornal, página por página, publicada entre abril de 2009 e abril de 2010, e posterior seleção das matérias que continham as expressões buscadas e que tinham relação com questões ambientais na primeira semana de cada mês, no período.

3. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável

De acordo com Jollivet & Pavé (1992) *apud* Viola; Leis; Scherer–Warren; et al (1995), o conceito de meio ambiente pode ser caracterizado como um conjunto de componentes físico-químicos e biológicos, associado a fatores socioculturais suscetíveis de afetar direta ou indiretamente, a curto ou longo prazo, os seres vivos e as atividades humanas no âmbito globalizante da ecosfera.

Segundo Gabriela Scotto (em co-autoria com Isabel Cristina de Moura Carvalho e Leandro Belinaso), o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu na década de 1980 como resultado do trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), formada por ONGs, representantes de governos e pesquisadores de vários países, mas foi logo em seguida formulado, ainda na década de 1980, por um documento intitulado “Nosso futuro comum”. Pela Comissão, a definição de desenvolvimento sustentável é a de um desenvolvimento capaz de garantir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também às suas.

Como avaliam Scotto; Carvalho; Belinaso; Guimarães (2010), o contexto que antecede a produção do relatório “Nosso futuro comum”, também chamado de relatório Brundtland, é marcado pela ideia de desenvolvimento associado a tecnologia, sendo esse conceito absorvido tanto pelos países capitalistas como socialistas, guardadas as diferenças quanto ao modo de organização dos meios de produção e distribuição de riquezas.

Com o desastre da usina nuclear de Chernobil, na Ucrânia (membro da ex-URSS), em 1986, e a crise do sistema socialista, cujo ápice foi a queda do muro de Berlim, em 1989, tornou-se nítida a visão de que tanto o capitalismo quanto o socialismo seguiram uma lógica de desenvolvimento predatória no que diz respeito à utilização dos recursos naturais e de tecnologias com grandes impactos ambientais. Nesse sentido, a definição de desenvolvimento sustentável surge como a possibilidade de redefinição da ideia de desenvolvimento, que incorpora a possibilidade de aliar crescimento econômico, meio ambiente e diminuição da pobreza, sem romper com o sistema sócio, político e econômico vigente.



Na “nova economia” descrita no Relatório Brundtland, o meio ambiente reorientaria as relações internacionais rumo a uma economia “sustentável”, isto é, na visão desse relatório o meio ambiente adquire valor econômico, dentro de uma lógica concorrencial de mercado, o que segundo Scotto, Carvalho e Belinaso (2010) resultaria apenas em um novo tipo de mercado, o “verde”, que aumentaria os níveis de exclusão e acesso aos produtos desse mercado.

Para Viola, Leis, Scharer-Warren et al (1995), o relatório “Nosso futuro Comum”, embora tenha contribuído para aprofundar as discussões em torno do critério da sustentabilidade, enriquece a controvérsia que persiste nos espaços que buscam discutir soluções de controle de ameaças ao meio ambiente.

Na década de 1990, durante a Rio-92 (ou Eco-92)⁶, foi discutida a contradição presente na idéia de desenvolvimento sustentável proposta pelo relatório “Nosso futuro comum”, em 1987, entre unir ecologia e economia, sem romper com os princípios do desenvolvimento que estava na origem da crise socioambiental. É também a partir da Rio-92 que se observa a utilização do termo “socioambiental”, significando que os problemas advindos das agressões ao meio ambiente passam a ser vistos simultaneamente em sua esfera social e ambiental, uma vez que no contexto anterior eram tratadas de maneira separada, ou como questões sociais ou como questões ambientais.

Para Bunge (1989) *apud* Viola, Leis, Scharer-Warren et al (1995), um sistema socioambiental pode ser descrito como um ecossistema alterado pela presença de um sistema sociocultural. Por sua vez, um sistema sociocultural pode ser entendido como uma rede interdependente de quatro subsistemas: biológico, econômico, político e cultural. Um sistema natural difere-se de um sistema socioambiental por este último ser moldado não só pelas leis naturais, mas também pelas necessidades e aspirações humanas. Como avalia Scotto; Carvalho; Belinaso; Guimarães (2010), um dos deslocamentos importantes que se pode observar logo após a Conferência da ONU é o da noção de desenvolvimento sustentável para a ideia de “sociedade sustentável”, sendo esta última pensada para a sustentabilidade da sociedade e não apenas para a economia.

Sachs (1997) *apud* Scotto; Carvalho; Guimarães (2010) esclarece que a visão de desenvolvimento sustentável pensado como um desenvolvimento infinito foi

⁶ Espécie de nome fantasia para a realização paralela da Conferência da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, com presença de representantes de 108 países, e do Fórum Global, com a participação de centenas de ativistas de várias partes do mundo.



ultrapassada pela finitude dos recursos naturais, e que nem todos entendem de maneira semelhante o caráter dessa finitude e as formas de evitá-la. Em função disso, o citado autor alemão distingue três diferentes perspectivas para o conceito de desenvolvimento sustentável:

- **Perspectiva do astronauta**, à qual estão associadas aquelas imagens da Terra “azul” fotografadas do espaço, encontradas em muitos movimentos ambientalistas, na própria mídia e na comunidade científica, através de discursos sobre “O Planeta Terra”. De acordo com essa perspectiva, o Planeta é a grande vítima da “insustentabilidade”, e para isso é preciso que exista intervenção política a nível global, com soluções pensadas para o global. É nesse contexto que estão inseridos acordos globais como, por exemplo, a Convenção sobre Mudança do Clima.
- **Perspectiva da competição**: aponta como grandes “culpados” pelos problemas ambientais e pela pobreza os países do hemisfério Sul, sobretudo os países pobres da América Latina e da Ásia. Nesse sentido, como possível solução para as ameaças ambientais e a pobreza, os países desenvolvidos propõem a competitividade mercadológica e uma redefinição do problema ambiental como uma questão de alocação de recursos de maneira eficiente, da qual emerge o termo “ecoefficiência”. Em suma, ecologia e economia de mercado são vistas como esferas compatíveis, em que os setores econômicos objetivam diminuir progressivamente o uso dos recursos naturais e dos impactos ecológicos de acordo com a capacidade estimada de suporte da Terra, ao passo que ocorre a liberação de preços e serviços que “satisfazem” as necessidades humanas. Assim, de acordo com essa visão, no futuro as empresas que não aderirem à roupagem de ecologicamente conscientes sairão em desvantagem mercadológica.
- **Perspectiva doméstica**, na qual as preocupações giram em torno da subsistência das populações, sobretudo dos grupos sociais que são diretamente vitimizados pela crise ambiental como, por exemplo, índios, camponeses e outras comunidades que dependem diretamente da subsistência da sua terra e do acesso aos recursos naturais. Por essa perspectiva, os problemas dos países subdesenvolvidos não são encarados como resultado da “falta de desenvolvimento”, mas ao contrário, são provocados por essa lógica, disseminada pelos países desenvolvidos do hemisfério Norte, que faz com que os recursos naturais sejam distribuídos de maneira desigual. A redução do consumo excessivo por parte dos países industrializados é a apontada como possível



solução para que haja desenvolvimento das sociedades mais pobres e, consequentemente, maior justiça e equidade global.

4. Jornalismo de proximidade: entre o nacional, o regional e o local

A noção de “território” surge nesta pesquisa como um referencial fundamental, tanto para o entendimento dos problemas ambientais quanto para a compreensão da sua abordagem por uma imprensa geograficamente circunscrita a uma região. E encontra na noção de “proximidade” um bom nexo para a análise dos conteúdos relacionados a meio ambiente e desenvolvimento sustentável, já que a relação sociedade-natureza se dá, primariamente, no âmbito do “local”.

A diferenciação entre imprensa nacional e imprensa regional, bem como uma série de reflexões sobre os territórios de proximidade, é chave para a discussão teórica do presente artigo. Ao tomar como base a mídia portuguesa, Camponez (2002) questões pertinentes sobre o que pode ser considerado como jornalismo de âmbito nacional e os voltados para a realidade de cada região ou localidade.

O que parece distinguir a imprensa regional da nacional tem a ver com as suas formas de organização empresarial e a sua estratégia claramente vocacionada para uma abordagem dos temas tanto mais generalistas quanto generalista se pretende que seja o seu público num território mais ou menos vasto (...) (CAMPONEZ, 2002, p. 108).

Os jornais que são considerados nacionais – mesmo que sua circulação não cubra todo o território de um país – acabam direcionando grande parte do seu conteúdo a acontecimentos dos grandes centros urbanos, enquanto “a informação local é constituída por notícias que dizem respeito a uma área geográfica delimitada e restrita, que se encontram reagrupadas, no jornal, em espaços próprios” (RINGLET, Gabriel, 1975, apud CAMPONEZ, 2002, p. 109)

Para tanto, outros elementos que não são somente territoriais, uma vez que a comunicação em rede tem ampliado seus horizontes, devem ser levados em conta ao abordar tal distinção entre os dois tipos de imprensa, tais como onde se localiza a sede do veículo, sua estratégia de circulação, a linha editorial, a relação com seu público leitor, entre outros.

Assim, sustenta Mercadé, a imprensa regional tem por área privilegiada de difusão a região ou a cidade na qual se situa também a sua sede editorial. A vocação, a intencionalidade, os conteúdos e a percepção sobre o leitor são determinados pelo contexto local ou regional, sendo também as relações com as instituições e organismos locais e regionais mais directas, de carácter permanente e num grau maior de intensidade,



comparativamente aos órgãos que se encontram, administrativa e politicamente, a um nível hierárquico superior. (CAMPONEZ, 2002, p. 110)

Tais critérios são de grande relevância ao se analisar as matérias do *Jornal do Commercio* e do *Correio da Paraíba*, já que são pautadas, em sua grande maioria, seguindo critérios de proximidade ou abordando temas nacionais por um viés predominantemente regional/local. “O espaço de difusão do jornal coincide, assim, com um espaço natural de identidade regional que substancia a identidade e a razão de ser do próprio projecto de informação.” (CAMPONEZ, 2002, p.112)

5. Primeiros indicadores

Para o presente artigo foi feito um recorte de matérias no *Correio da Paraíba* (CP) e no *Jornal do Commercio* (JC), selecionadas na primeira semana de cada mês, no período de abril de 2009 a abril de 2010⁷. O objetivo deste levantamento foi verificar a regularidade e pertinência da cobertura e/ou inserção editorial de matérias relativas às temáticas ambientais, e a sua relação de proximidade com o local, o regional e o nacional. Como os resultados da busca automática (nas bases de dados dos dois veículos) por matérias informativas com as expressões “meio ambiente” e “desenvolvimento sustentável” foram amplos, e alguns não tratavam especificamente das temáticas em questão, foi necessária uma leitura parcial das reportagens para seleção daquelas estritamente pertinentes ao tema central do artigo. No caso do CP, em que a seleção foi manual, foram consideradas também matérias que não citavam explicitamente a expressão “meio ambiente”, mas continham termos que denotam interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística com os seres vivos e as atividades humanas. Já no caso de “desenvolvimento sustentável” foram selecionadas apenas as que mencionavam a expressão, de modo a evitar interpretações subjetivas ou conceitualmente controversas.

O *Jornal do Commercio* integra o Sistema JC de Comunicação, pertencente ao grupo JCPM, do empresário João Carlos Paes Mendonça, foi fundado em abril de 1919, em plena campanha política de Epitácio Pessoa à Presidência da República. Segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), no mês de março de 2010, o jornal diário atingiu a média de 72.385 mil exemplares nos domingos, sendo um dos jornais de maior tiragem da região Nordeste. Pioneiro na criação de um caderno dedicado as

⁷ O período se deve ao fato de ser o único comum aos dois veículos até a data das primeiras testagens, conforme explicado no item 2 deste artigo.

questões ambientais, o periódico divide suas matérias em dez editorias – entre elas Ciência e Meio Ambiente, e tem sua sede localizada em Recife (PE).

De acordo com Calado (2006), o Jornal Correio da Paraíba foi fundado em agosto de 1953 por Teotônio Neto. Inicialmente sua periodicidade era semanal, passando a ser diário devido ao êxito alcançado entre os leitores paraibanos. Um dos motivos da rápida disseminação do jornal no Estado teria sido a distribuição de várias sucursais em outras cidades e no interior paraibano e sua fama de independência político-ideológica e credibilidade.. Em 1958 a Seca era o principal assunto noticiado no CP, destacando a emergência e o combate da situação de muitos municípios da Paraíba. De acordo com Araújo (1986) *apud* Calado (2006), na década de 1990 o projeto editorial do jornal passou por um processo de reformulação, incluindo suplementos para públicos específicos. Atualmente, possui dez editorias, mas nenhuma especificamente para meio ambiente.

5.1. Dados quantitativos

Nas 13 semanas pesquisadas entre abril de 2009 ao mesmo mês de 2010, foram recuperadas no Jornal do Commercio (Tabela 1), 174 matérias informativas com a expressão “meio ambiente”, das quais 158 foram confirmadas como pertinentes à temática, e 13 matérias com “desenvolvimento sustentável”. A editoria “Ciência e Meio Ambiente” foi a que mais teve textos publicados com o primeiro termo, 74 (48% do total) contra apenas 3 do segundo (23%, mesmo número da editoria de “Cidades”).

No Correio da Paraíba (Tabela 2), no mesmo período, foram recuperadas 45 matérias associadas às expressões “meio ambiente” e “desenvolvimento sustentável”, dentre as quais, 38 com a primeira e apenas 7 com a segunda. Das 38 matérias relacionadas a “meio ambiente”, 18 (47%) saíram na editoria “Cidades”, e das 7 matérias com “desenvolvimento sustentável”, 4 estavam na “Economia”, configurando 57% do total de resultados encontrados para esta expressão.

Tabela 1 - Jornal do Commercio (2009-2010)

EDITORIAS	Meio Ambiente	Desenvolvimento Sustentável
Política	8	2
JC Agreste	1	1
Capa Dois	2	–



Ciência e Meio Ambiente	74	3
Cidades	31	3
Na Dianteira	1	–
Internacional	2	1
Turismo	2	1
Arrecifes	3	–
Brasil	7	–
Vida e Ciência	6	1
Economia	20	–
JC – Vale do São Francisco	1	1
Total	158	13

Tabela 2 - Jornal Correio da Paraíba (2009-2010)

Editorias	Meio Ambiente	Desenvolvimento Sustentável
Política	4	1
Cidades	18	1
Economia	8	4
Meio Ambiente	2	1
Brasil	2	–
Especial	2	–
Últimas	1	–
Ciência	1	–
Total	38	7

5.2. Articulação local/global/local

Com base no texto de Herscovitz (2008, p.126), foi usada a Análise de Conteúdo para a classificação das matérias. Tal análise é definida como:

(...) método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens, impressas, gravadas ou veiculadas em uma forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus



conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação.

Na análise – ainda em fase preliminar – buscou-se identificar nas matérias elementos que permitam fazer a relação com as esferas de local, regional e nacional, de forma a corroborar a discussão sobre o jornalismo de proximidade de Camponez (2002) e sua relação com a questão ambiental. O peso da editoria de Cidades na veiculação de matérias sobre meio ambiente nos dois jornais (conforme tabelas acima) já é um forte indicador dessa relação. Porém, mesmo em matérias de procedência “longínqua” (nacional ou internacional), observa-se a tendência de edição dos conteúdos a partir de um ponto de vista local ou regional.

Um exemplo significativo é o da matéria intitulada “Onda levaria seis horas para atingir a região” publicada pelo caderno de Ciência e Meio Ambiente do Jornal do Commercio em 07/03/2010. Originária da busca pelo termo “meio ambiente”, o texto baseia-se em um estudo sobre o tempo que uma tsunami formada na costa oriental da África levaria para alcançar o Nordeste brasileiro. Ao abordar um fenômeno natural típico de outros continentes (global) e trazê-lo para o contexto da região onde fica localizada a sede do veículo (regional) e, posteriormente, situando as consequências que tal fenômeno causaria na cidade da Paraíba (local), é possível identificar as esferas geográficas do jornalismo discutidas por Camponez (2002). Outro exemplo, desta vez com a expressão “desenvolvimento sustentável”, é a reportagem “Cúpula já de olho em Copenhague”, publicada na seção Internacional de 06/10/2009 por um jornalista que viajou a convite da União Européia para cobrir a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas. O autor situa bem as escalas territoriais de proximidade ao relatar um acontecimento de âmbito global sob um viés nacional.

No Correio da Paraíba, pode-se perceber a associação entre local, regional e global na matéria “Cana reduz aquecimento global”, encontrada através da busca pela expressão “meio ambiente”, no caderno “Cidades” de 06/04/2009. A reportagem mostra que o cultivo da cana de açúcar, uma cultural local, pode ajudar a solucionar um problema global como o efeito estufa, pois segundo estudos, a cana retira cerca de 50 toneladas de carbono da atmosfera. Pode-se observar essa relação também na matéria do mesmo caderno, veiculada em 06/06/2009, intitulada “Maranhão assina pacto para preservar Meio Ambiente”, na qual o então governador da Paraíba, José Maranhão, tinha assinado um pacto que assegurava, entre outros quesitos, a participação da Eletrobras na construção de um mapa eólico da Paraíba, com o intuito de contribuir com



o decréscimo do uso de recursos não-renováveis como matéria prima para produção de energia, inicialmente em âmbito local, mas potencialmente com consequências globais.

6. Considerações finais

Analisando a cobertura ambiental do Correio da Paraíba no período selecionado para esta pesquisa, verificam-se indicadores – que precisarão ser detalhados e aprofundados – de que a produção de informações sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável ainda é escassa e não chega às manchetes com frequência. No período analisado, apenas uma edição trouxe um tema ambiental como manchete: “Águas do São Francisco chegam a 123 cidades da PB em 2010”, publicada no dia 06/08/2009, com um anúncio precipitado sobre o alcance da transposição do Rio São Francisco para abastecimento hídrico de municípios paraibanos afetados pela seca.

A leitura preliminar das matérias para enquadramento editorial também indica que o “meio ambiente” e o “desenvolvimento sustentável” são tratados de maneira superficial, com pouco aprofundamento e enfoque desproporcional à sua importância. No caso do segundo, sobretudo, observa-se um tratamento genérico, muito distante da polissemia que cerca a expressão atualmente, o que indica a necessidade de capacitação dos profissionais para lidar com essas complexas questões.

Por sua vez, o Jornal do Commercio oferece uma abordagem multi-editorial dos temas relacionados a meio ambiente e desenvolvimento sustentável, embora a maior parte das matérias tenha sido publicada no caderno de Ciência e Meio Ambiente. Outro ponto que merece destaque é a escala de relação nacional/ regional/ local, que ficou perceptível após as leituras dos textos, onde as temáticas estudadas, mesmo que retratadas a partir de um fato acontecido em outras regiões que não a da sede do veículo, acaba se relacionando com o que acontece na região Nordeste e nas proximidades de Pernambuco.

Esta pesquisa prosseguirá levantando mais exemplos dessas relações de proximidade e escalas geográficas que norteiam a seleção temática, a cobertura e os enquadramentos editoriais das matérias jornalísticas sobre meio ambiente e desenvolvimento metodológico, com a contribuição metodológica complementar de procedimentos da análise do discurso.



7. Referências bibliográficas

AGUIAR, Sonia; SANTOS JUNIOR, Erivaldo. **A transposição do Rio São Francisco no Pool de Jornais do Nordeste**: o caso do Jornal do Commercio. Trabalho apresentado no XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Campina Grande, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-1176-1.pdf>>. Acesso em: 6 abril 2011, 21:34:42.

CALADO, Liliane de Andrade. **A ciência do Jornalismo Impresso: Análise das reportagens do suplemento Milenium -Jornal Correio da Paraíba**. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

CAMPONEZ, Carlos. **Jornalismo de proximidade**: rituais de comunicação na imprensa regional. Coimbra: Minerva, 2002

CUNHA, Isabel Ferin. **Repensar a investigação empírica sobre os Media e o Jornalismo**. Texto apresentado em seminário do Centro de Investigação Mídia e Jornalismo, 2003. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/cunha-isabel-ferin-metodologias.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2011, 16:13:25.

HERSCOVITZ, Heloiza G. Análise de conteúdo em Jornalismo. In: Lago, C.; Benetti, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 123-142

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO; Isabel C. de M. ; GUIMARÃES, Leandro B. . **Desenvolvimento sustentável: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 2007.

VIOLA, Eduardo.;LEIS, Héctor.; VIEIRA, Paulo Freire, et al. **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez: Florianópolis: UFSC, 1995.